



**UFOP**

Universidade Federal  
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E APLICADAS – ICSA**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

EDILENE MARTA DA SILVA

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO  
DE TRABALHO FORMAL: UMA ANÁLISE DOS DESENCADEADORES DA  
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.**

MARIANA - MG

2022

EDILENE MARTA DA SILVA

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO  
DE TRABALHO FORMAL: UMA ANÁLISE DOS DESENCADEADORES DA  
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel em Serviço Social pela  
Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientadora: Profa. Jussara de Cássia  
Soares Lopes

MARIANA – MG

2022

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586v Silva, Edilene Marta Da.  
Violência de gênero e participação da mulher no mercado de trabalho formal [manuscrito]: uma análise dos desencadeadores da violência contra a mulher. / Edilene Marta Da Silva. - 2022.  
54 f.

Orientadora: Profa. Ma. Jussara de Cássia Soares Lopes.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Identidade de gênero no ambiente de trabalho. 2. Mulheres. 3. Violência em mulheres. I. Lopes, Jussara de Cássia Soares. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 305

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Edilene Marta da Silva**

Violência de gênero e participação da mulher no mercado de trabalho formal: Uma análise dos desencadeadores da violência contra a mulher.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 17 de Junho de 2022

### Membros da banca

Mestra - Jussara de Cássia Soares Lopes - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto  
Bacharel- Mariana Brito Horta Nogueira - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Doutora - Isis Silva Roza - Universidade Federal de Ouro Preto

[Digite o nome do orientador (apenas a primeira letra de cada nome maiúscula)], orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em XX/XX/XXXX



Documento assinado eletronicamente por **Jussara de Cassia Soares Lopes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/06/2022, às 23:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0347715** e o código CRC **45425391**.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha mãe, Marinice, que sempre foi, sem sombra de dúvidas, a figura feminina e humana mais importante e potente na minha vida. Sem ela, eu não seria a grande mulher que sou hoje. Todo seu amor e cuidado comigo durante a vida me sustentaram nos momentos mais difíceis ao longo do caminho.

Ao meu amado pai que já não se faz presente neste plano, mas que deixou memórias das quais me orgulho e que me acalentam o coração.

Às mulheres da minha vida, minhas irmãs: Marinalva, Edinalva, Marici e Mariza, amo vocês imensamente. Me faltariam palavras para expressar gratidão por todos os momentos em que se fizeram presentes em minha vida e na dos meus filhos. Ao meu irmão Edimar, meu primeiro amigo e confidente, obrigada pela parceria.

Meus três filhos, Ana Alice, Davi e Miguel, com os quais experimentei e experimento as dores e os amores da maternidade, os três seres humanos que me provocam os mais diversos sentimentos e sem os quais, hoje, eu não saberia viver. Vocês fazem parte de quem sou, amo vocês imensamente.

Ao pai dos meus filhos, Breno e toda sua família, gratidão por todos os bons momentos e por me fazer sentir parte. Cada um tem um lugar especial em minha memória.

Meus sobrinhos: Ramon, Aline, Lorena, Samuel. Amo muito vocês.

Às minhas amigas Elen e Bia, que em grande parte deste período estiveram ao meu lado, dividindo as derrotas e celebrando as vitórias da graduação, me fazendo lembrar o quanto a vida pode ser boa. Amarei vocês duas para sempre.

Obrigada a toda equipe do CRAS Colina pela acolhida e pelos ensinamentos, especialmente à minha supervisora Michela que, mesmo diante dos desafios cotidianos, me proporcionou uma grande oportunidade de aprendizado. Não tenho dúvidas que todo o processo de estágio foi mais leve graças a vocês.

Aos meus professores e professoras da Ufop, que marcaram meu processo de aprendizagem, tenho muito orgulho em poder dizer que apesar dos percalços, das tentativas de boicote ao ensino público, a potência de grande parte de vocês me possibilitou concluir minha graduação com competência.

Por fim, dedico este trabalho às mulheres, que lutam todos os dias contra a violência, o sexismo, contra um sistema que as oprime, encaixotando seus sonhos, limitando suas ações. Àquelas que são obrigadas a serem pai e mãe, forçadas a assumirem grandes fardos, às que se perderam pelo caminho e às que se esforçam em se manter nele. Durante a jornada, muito se perde, mas muito de nós se transforma em potência. Agradeço de maneira muito especial às muitas mulheres que admiro, que fizeram, fazem e sempre farão parte da minha vida e que me inspiraram a desenvolver os estudos presentes neste trabalho.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
<b>1. CAPITALISMO, FORMAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA NO BRASIL</b> .....	12
1.1 COLONIZAÇÃO E FORMAS DE CONTROLE .....	15
1.2 TRABALHO: FONTE DE HUMANIZAÇÃO E DESUMANIZAÇÃO .....	20
1.3 ESTADO E POLÍTICA SOCIAL NA ORDEM BURGUESA .....	26
1.4 GÊNERO E RELAÇÕES SOCIAIS .....	30
<b>2. RELAÇÕES ENTRE FATORES ECONÔMICOS E OS CICLOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER</b> .....	38
2. 2.1 SIGNIFICADOS DA DISTINÇÃO SEXUAL BINÁRIA .....	39
2.2 DESDOBRAMENTOS DA DIVISÃO SEXUAL .....	44
2.3 TRABALHO, MANUTENÇÃO DO ESTEREÓTIPO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER .....	43
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	50
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b> .....	52

## RESUMO

O presente trabalho teve como base análises históricas, sociais, culturais e econômicas, a fim de desvelar os processos desencadeadores da violência e desigualdades entre os gêneros masculino e feminino. Trazer à tona inquietações presentes no dia a dia das mulheres, na sua responsabilização pelos processos reprodutivos, os quais muitas vezes as impedem de desenvolver habilidades intelectuais capazes de mudar suas perspectivas acerca do mundo.

Neste sentido, o foco da pesquisa se dá em torno da análise relacional entre violência de gênero e dependência econômico-financeira da mulher ao homem, na tentativa de compreender como a entrada da mulher no mercado formal de trabalho se associa ou não a uma diminuição da violência doméstica. Neste sentido, é indispensável reafirmar que a estrutura social entrelaça muitas correntes com as quais as mulheres são presas. Isto significa dizer que é preciso compreender as desigualdades entre homens e mulheres pautadas no sexo biológico como um conjunto de forças criadas e reafirmadas ao longo da história humana.

A partir de então, é possível elaborar de que forma os estereótipos do masculino e do feminino se criam, solidificam e se impõe a todas as mulheres como um sistema de poder, dominação e violência, causando desdobramentos em todas as esferas da vida, afetando diretamente o desenvolvimento da mulher dentro do mercado de trabalho e causando fricções na classe trabalhadora. Como em todos os ciclos, nota-se que os fatores se entrelaçam, criando um cenário onde a mulher não é protagonista em nenhum lugar, seja em sua vida, seja na sociedade da qual participa.

Apesar de o capitalismo não ter criado as regras sociais patriarcais, a sobreposição do sexo masculino em relação ao feminino foi e continua sendo reforçada por ele através de mecanismos específicos, característicos desta sociabilidade, a exemplo da divisão sexual do trabalho, que impede o acesso das mulheres a ocuparem espaços considerados importantes, de tomada de decisão e políticos. A imposição da monogamia, exigida das mulheres a fim de conservar a propriedade privada e a concentração de riquezas, o controle da sexualidade feminina e seus corpos, a privação do direito a não maternidade ou até mesmo à igualdade no que se refere à reprodução. De uma maneira geral, a imposição da heterossexualidade se associa intimamente a violências de vários âmbitos.

Tanto que, não há um comportamento por parte da mulher, que a proteja da violência, porque a violência não é causada por ela.

As condições que levam as mulheres a entrarem e/ou permanecerem em relacionamentos violentos, partem de princípios arraigados socialmente. Nota-se a importância de oferecer à mulher condições equânimes de trabalho, mas este fato isoladamente não explica, nem mesmo justifica a violência sofrida pelas mulheres. Vários fatores associados é que provocam os fenômenos da violência de gênero e é preciso desvendá-los, desnaturalizá-los para que eles possam ser superados. A violência de gênero se encontra no rol das expressões da questão social alimentadas pelo capitalismo. Sua superação depende da superação deste tipo de sociabilidade.

**Palavras-chave:** Mulher. Violência. Trabalho e Relações de gênero.

## ABSTRACT

The present work was based on historical, social, cultural and economic analyses, in order to reveal the processes that trigger violence and inequalities between male and female genders. Bring up concerns present in women's daily lives, in their responsibility for reproductive processes, which often prevent them from developing intellectual skills capable of changing their perspectives on the world.

In this sense, the focus of the research is around the relational analysis between gender violence and the economic-financial dependence of women on men, in an attempt to understand how the entry of women into the formal labor market is associated or not with a decrease in the domestic violence. In this sense, it is essential to reaffirm that the social structure intertwines many currents with which women are imprisoned. This means that it is necessary to understand the inequalities between men and women based on biological sex as a set of forces created and reaffirmed throughout human history.

From then on, it is possible to elaborate on how male and female stereotypes are created, solidified and imposed on all women as a system of power, domination and violence, causing developments in all spheres of life, directly affecting the development of women within the labor market and causing friction in the working class. As in all cycles, it is noted that the factors intertwine, creating a scenario where the woman is not the protagonist anywhere, either in her life or in the society in which she participates.

Although capitalism did not create patriarchal social rules, the overlap of the male sex in relation to the female sex was and continues to be reinforced by it through specific mechanisms, characteristic of this sociability, such as the sexual division of labor, which prevents access to women. women to occupy spaces considered important, decision-making, and political. The imposition of monogamy, required of women in order to preserve private property and the concentration of wealth, the control of female sexuality and their bodies, the deprivation of the right to non-maternity or even equality with regard to reproduction. In general, the imposition of heterosexuality is closely associated with violence in various areas. So much so that there is no behavior on the part of the woman that protects her from violence, because the violence is not caused by her.

The conditions that lead women to enter and/or remain in violent relationships are based on socially rooted principles. The importance of offering women equal working

conditions is noted, but this fact alone does not explain or even justify the violence suffered by women. Several associated factors cause the phenomena of gender violence, and it is necessary to unravel them, denaturalize them so that they can be overcome. Gender violence is among the expressions of the social question fueled by capitalism. Its overcoming depends on overcoming this type of sociability.

**Keywords:** Woman. Violence. Work and Gender Relations.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho, conclui etapa significativa de um longo processo de aprendizado, durante o qual, muitas inquietações se fizeram presentes. Desde o começo da graduação, a partir do contato com a teoria social marxista, muitas circunstâncias aparentemente naturais se desnublaram. Um misto de sentimentos se faz presente no cotidiano a partir de então. O olhar ganha criticidade, traduzida muitas vezes em ânsia por mudança.

A entrada no campo de estágio reforça a percepção do quão dura é a realidade imposta à classe trabalhadora, especialmente às mulheres, grupo majoritário nos atendimentos dos CRAS. Durante o período compreendido pelas três etapas do estágio, realizado no CRAS Colina, no Município de Mariana, foi possível acompanhar a realidade das mulheres e perceber o quanto sua jornada é solitária, o quanto o sistema patriarcal impõe limitações às suas vidas.

É preciso reforçar como o sistema econômico capitalista se coloca aos indivíduos de maneira cruel, brutalizando as relações, criando as condições de miséria material que se traduzem ao fim e a cabo em mazelas humanas. No interior deste sistema, é possível afirmar que se desdobram vários subsistemas de poder. Assim, mesmo um homem que sofra as consequências desiguais do capitalismo, impõe seu próprio sistema de poder a nível sexual em relação às mulheres.

Quando se fala em violência de gênero, importa destacar o alcance de tal violência, que se institucionaliza, se coloca dentro das relações interpessoais, retirando de homens e especialmente de mulheres, o gozo de compartilhar a vida de forma igualitária, afetando sobremaneira o gênero feminino, pois são as mulheres que sentem de maneira aguda as implicações desencadeadas pelos estereótipos criados.

Neste sentido, uma forte inquietação sempre se fez presente em minha vida e ela ganha corpo e sentido a partir da compreensão dos mecanismos que colocam homens e mulheres em papéis distintos. De um lado, o privilégio masculino, à frente do controle social, da tomada de decisões e da vida política, de outro, a mulher, à qual se reserva o papel secundário, diminuído propositalmente a fim de enquadrar o gênero feminino em uma esfera de não ação ou de uma ação limitada, geralmente à esfera doméstica e reprodutiva, igualmente diminuídas.

Diante de tais considerações, este trabalho adentra uma pesquisa bibliográfica, analisando grandes obras feministas que mostram as estruturas de poder estruturadas pelo machismo e como o capitalismo se apropria de ferramentas de controle das mulheres. Posteriormente, no intuito de identificar os fatores econômicos que podem ou não desencadear a violência contra a mulher, especialmente a violência doméstica, foi feita a análise de uma pesquisa desenvolvida pelo IPEA (2019) intitulada: “Participação no Mercado de Trabalho e Violência Doméstica Contra as Mulheres no Brasil”.

A pesquisa foi desenvolvida em dois capítulos. No primeiro, é feito um levantamento histórico das bases sociais nas quais se estrutura a sociedade capitalista, enfatizando a particularidade brasileira no processo de desenvolvimento do capitalismo assim como sua participação no mercado internacional.

O segundo capítulo nos situa sobre o papel da mulher na sociedade patriarcal, dentro de um padrão sociocultural definido pelos estereótipos de gênero, nos quais homens e mulheres se afirmam ou não, através de papéis previamente estipulados. Um olhar atencioso é dado para a mulher no mercado de trabalho e a violência doméstica, considerando o fator de dependência econômica como um desencadeador deste processo, a fim de ampliar as discussões acerca das circunstâncias que provocam tal fenômeno.

## **CAPÍTULO 01: CAPITALISMO, FORMAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA NO BRASIL.**

Este capítulo objetiva fazer uma análise da formação econômica das sociedades sob a ótica da dinâmica sócio-histórica característica do capitalismo. Primeiramente, interessa observar de que maneira este sistema socioeconômico se coloca como regra, considerando suas características de produção em âmbito material, como esta produção perpassa todas as relações entre os indivíduos, desencadeando processos de alienação, dominação, exploração e fetichização. A partir de então, é possível compreender como o capitalismo se impõe a todas as partes do globo, cooptando culturas, individualidades, se reorganizando a fim de obter uma conformação social voltada para a perpetuação de tal sistema. Neste sentido, só se torna possível compreender os desdobramentos de tal sociabilidade, considerando as particularidades de cada país, a forma como o capitalismo se configura em cada um deles, numa espécie de adequação a fim de garantir a afirmação de sua ideologia a partir da criação de diversas formas de dominação.

É importante identificar também as formas assumidas pelo capitalismo no decorrer do desenvolvimento econômico das sociedades e esclarecer que em algumas delas, ele pode ter um caráter menos agressivo do que em outras, mas sua característica de exploração e acentuação de desigualdades não deixa de existir por isso, pelo contrário, a ideia de que existem formas diferentes – mais ou menos agressivas – é funcional apenas para a burguesia, a classe social que dele se beneficia. É fato que o capitalismo em países de primeiro mundo por exemplo, assume uma configuração diferente daquela dos países subdesenvolvidos, o que não altera seu caráter desigual.

O capitalismo europeu, é tão cruel quanto o sul-americano, só que suas bases de formação se deram em contextos diferentes. Ao passo que os países do sul tiveram suas terras invadidas, seus povos originários atacados e escravizados, os países europeus, ocupavam o lugar de colonizadores, aqueles que se valeram de tais formas de exploração e violência, para fortalecer seu poderio econômico, desenvolver sua indústria e tecnologia. Logicamente, a base material que levou os países de capitalismo desenvolvido a alcançarem tais patamares, só foi possível através da morte e exploração de povos e terras por eles invadidas.

Considerando que a formação social brasileira, por exemplo, teve sua base erguida sob domínio, exploração e violência, seu lugar no cenário econômico mundial é

de país de capitalismo dependente, conceito usado pelo sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1973) e que diz muito sobre o desenvolvimento capitalista nesta sociedade. O sociólogo destaca as similaridades acerca de colonialismo, neocolonialismo e capitalismo dependente, ressaltando que existem muitos tipos do primeiro e do segundo, mas que é fundamental não igualar os três termos por motivos de teoria e prática no tocante ao impacto causado por cada um (Fernandes, 1973).

Para Fernandes (1973), o equívoco de conceber as três formas como iguais, se encontra, dentre outros, no fato da criação de uma “falsa consciência crítica”, entendo assim uma nova forma de colonialismo, ignorando o processo de desenvolvimento capitalista que passou pelas etapas colonialista e neocolonialista, até chegar à dependência. Neste sentido, seria equivocado o entendimento da dependência como forma pré-capitalista de desenvolvimento, o que poderia subentender uma etapa ainda em curso. Segundo Marini (1973), as relações que já eram de dependência se acentuam:

...é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (Marini, 1973, p. 4)

Os países latino-americanos carregam algumas características comuns em relação à sua formação social. De maneira geral, tiveram seu desenvolvimento tardio que se deu muito em face de interesses dos países de capitalismo central e às características mesmas de sua colonização. A industrialização e investimentos voltados ao desenvolvimento econômico se situavam no interesse de produção de insumos primários para suprirem necessidades dos países desenvolvidos e para seu próprio desenvolvimento industrial. Ainda hoje, prevalece este tipo de economia, gerando um ciclo do qual o país não consegue se desvencilhar.

O Brasil não passou por um processo revolucionário que o capacitasse a se tornar completamente independente alterando sua estrutura social após o período colonial. A burguesia brasileira preferiu não correr o risco de perder seus privilégios e se contentou com o que Florestan Fernandes chama de “revolução pelo alto”:

A maneira pela qual as coisas se passaram contribuiu ainda mais para manter o caráter de “revolução encapuçada” de todo o processo. As elites nativas não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial. Mas,

contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, pois este neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social. Por conseguinte, a natureza e o alcance revolucionários da Independência não se objetivaram (nem poderiam se objetivar!), através de manifestações de grandes massas humanas, do uso organizado da violência e de anseios coletivos irredutíveis de transformação da estrutura social. (Fernandes, 1976, p. 32)

Tal processo revolucionário excluiu a participação popular, fato que culminou na manutenção de interesses de uma pequena parcela da população. Seu caráter revolucionário se restringia a “despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial” (Fernandes, 1976, p. 32). De resto, o que permaneceu foi a manutenção do que Fernandes chamou de “substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional” (Fernandes, 1976, p.33).

Tal análise clarifica o entendimento acerca da formação social brasileira sob formas muito específicas de manutenção de poder e controle. Se outrora a Coroa portuguesa controlava a economia nacional, após tal revolução, ela passa às mãos de uma elite nacional preocupada unicamente em neutralizar as “implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial” (Fernandes, 1976, p. 32). Diferentemente de processos revolucionários que buscaram alterar o sistema político, econômico e social, onde o uso de armas e violência foi necessário para destituição do poder monárquico, no Brasil, a “Independência representou uma transição política pacífica, inteligente e segura”.

Todos estes fatores culminaram na cristalização de uma elite dependente, subserviente, que barra qualquer processo que desvincule seus interesses daqueles imperialistas. O que se comprova, com os sucessivos golpes sofridos ao longo da história política brasileira, pelos governos que minimamente, ameaçaram tal ordem. Consideração relevante sobre tal processo de dependência é feito por Marini em sua Teoria da Dependência, sob a ótica do que significou para o desenvolvimento industrial dos países europeus, “os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos” (Marini, 1973, p. 5).

Os mecanismos da dependência assumem formas diferentes ao longo da história, mas não alteram sua dinâmica. Vários fatores colaboram para que os países latino-americanos não consigam se desvencilhar dos domínios do capitalismo central,

contradizendo as formulações evolucionistas que fazem crer que o desenvolvimento econômico é um processo natural. O aumento das desigualdades e miséria mundo afora, apesar do salto científico e tecnológico alcançados pela sociedade moderna, podem questionar tal argumento. Nota-se, acima de tudo, um processo lento, no qual os países de terceiro mundo, precisam de muito mais tempo e recursos, considerando que boa parte destes são destinados a fomentar economias internacionais, para alcançarem minimamente algum desenvolvimento.

O processo de independência econômica se liga diretamente à política, já que esta representa os interesses de uma nação dentro e fora de seus limites geográficos. Seu alcance se dá muito em parte, pela consciência crítica social de sua própria história, das formas de opressão às quais seu povo está sujeito, dos valores a serem buscados e principalmente, é preciso compreender que alcançar a liberdade, depende da supressão do modo de produção e reprodução vigente.

### **1.1 COLONIZAÇÃO E FORMAS DE CONTROLE**

A divisão da sociedade em classes distintas, unidas em prol dos mesmos interesses, sempre esteve presente na história da humanidade, diferenciações pela cor da pele, credo, cultura, marcaram e ainda fazem parte das sociedades, o que o capitalismo traz como novidade, é a relação de produção que se desenvolverá entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que nada possuem além da própria força de trabalho: “... o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho” (Marx, 1983, p. 312). É a partir de então que a divisão social de classes ganha um contorno específico, a partir do modo de produção capitalista.

As circunstâncias históricas, econômicas, sociais e culturais determinam a posição dos indivíduos no meio em que vivem. “Um negro é um negro. Somente sob determinadas condições ele se torna um escravo.” (Marx, 1983), quando Marx faz tal afirmação, é possível compreender o quão forte um sistema de crenças se torna para a humanidade, considerando que tal raciocínio se aplica aos diferentes tipos de características, seja de povos, seja de indivíduos, diferenças quanto à cor da pele, à crença, ao sexo biológico, à idade, às pessoas com deficiência. A forma como cada particularidade será vista e/ou tratada socialmente, é moldada através de concepções muito próprias e aí se encontram as raízes de todas as formas de discriminação e

desigualdades que operam no mundo atualmente, mas que tiveram seu ponto de partida, especialmente no Brasil, a partir da colonização.

Apesar de o conceito formal do termo colonizar<sup>1</sup>, encontrado nos dicionários, ser insuficiente para explicar o que de fato o processo significou para o Brasil, suas sequelas se estendem no decorrer dos séculos e não é possível conceber a formação social brasileira, ignorando tais fatos. A ideia de superioridade do povo branco europeu, chancelou a invasão, dominação, apropriação das terras, da riqueza e do próprio povo que aqui vivia. E mesmo que as formas de violência se alterem com o tempo, os povos originários, aqueles que ainda resistem, são sistematicamente atacados, atualmente pelo próprio Estado brasileiro.

Após um salto histórico de alguns séculos de tráfico escravista, a necessidade pós abolição, era resolver o problema que os próprios europeus criaram ao trazerem um contingente gigantesco de africanos para o Brasil. Como não era possível colocá-los séculos depois dentro de navios de volta à sua terra de origem, urgia a necessidade de resolver o problema que, naquele momento, os negros significavam para a sociedade brasileira. Mas tal “solução” deveria vir sob métodos mais aceitáveis do que aqueles usados para escravizar a população negra à época da colonização.

Nesta perspectiva, estudos científicos se esforçaram em comprovar que alguns indivíduos eram inaptos devido a características genéticas passadas de seus genitores e que seria possível alterar determinadas características físicas e comportamentais através do “melhoramento da raça” que, segundo tal concepção, impediam o desenvolvimento das nações, neste caso específico, do Brasil do começo do século XIX. Foi assim que o movimento eugenista<sup>2</sup> defendido por estudiosos brasileiros, se debruçou em estudar as famílias a fim de tentar relacionar problemas comportamentais e o que consideravam atraso da civilização por aqui. No mundo, tais elaborações tomadas como científicas por alguns, significou a segregação racial nos EUA e o nazismo na Alemanha.

---

<sup>1</sup> 1. Promover a colonização de; estabelecer colônias. 2. Migrar para outro território e nele se estabelecer, especialmente como seus primeiros ou principais habitantes; habitar como colono. 3. Dispersar-se e desenvolver-se; propagar-se, alastrar-se, invadir.

<sup>2</sup> Francis Galton foi o fundador da eugenia tentando fazê-la se passar por ciência. Segundo ele, além das características genéticas, os pais transmitiam à sua prole, habilidades e atributos intelectuais. No Brasil, o movimento eugenista ganhou força no intuito de justificar o desenvolvimento do país através do melhoramento da raça, haja vista que neste momento pós abolição da escravidão, a sociedade brasileira não sabia o que fazer com os negros trazidos pelo tráfico como mão de obra no período da escravidão. Mais que isso, eles haviam se tornado um impeditivo para o desenvolvimento do país.

O que não foi suficientemente elucidado e tratado com a devida atenção, foram as formas como os ex-escravizados foram lançados à liberdade no Brasil. Ou seja, as condições que esperavam pela massa de libertos que não tinham para onde ir ou com o que trabalhar, as condições ou, neste caso, a falta delas, que poderiam explicar um possível atraso social a eles relacionado. O Brasil nunca incluiu o povo negro como sendo seu. A mão de obra outrora escrava, já não tinha a mesma utilidade pós abolição. Vantagens foram concedidas a imigrantes italianos e japoneses que viessem para terras brasileiras no intuito de se melhorar a cor do país.

Neste sentido, é importante entender o molde no qual a inteligência, a capacidade, a cultura, os valores sociais foram colocados. O molde das sociedades capitalistas tende a considerar ideal aquele ou aquela que se enquadram em um padrão próprio, branco, heterossexual, criado pelo e para atender aos objetivos capitalistas, isto vale para o corpo, para a cultura, para a forma como os indivíduos se veem e veem seu semelhante, para caracterizar o que tem valor ou não no meio em que vivem etc. E é desta forma que as relações vão se cristalizando. E a forma como o Brasil tratou as pessoas negras e sua cultura, mesmo após a sua libertação formal, explica muito a discriminação racial existente no país séculos depois.

A história do povo indígena se mistura à do povo negro quando se fala em discriminação e violência. O pensamento europeu de ter encontrado um povo atrasado, “selvagens” que não se vestiam, se banhavam em rios, caçavam para se alimentar e principalmente não dominavam conceitos de riqueza, poder e controle, se enraizou de tal maneira que estes povos carregam tal estigma e sofrem todo tipo de violência mesmo após séculos de tentativas de extermínio. Aos poucos, através da força, foram incutidas tais ideias que culminaram no longo processo de morte dos povos indígenas. A violência colonizadora daquele período, ultrapassou o tempo e novas formas de violência, para além do uso de armas são criadas cotidianamente. Os que ainda resistem, sofrem o desamparo por parte do Estado que negligencia a vida de seu povo.

A violência institucional Estatal que permite terras indígenas serem invadidas para desmatamento e exploração, assim como aquela usada nas escolas para ilustrar o processo de colonização e de escravização como um acontecimento histórico natural e até mesmo positivo – quando homenageia colonizadores, escravistas, quando povos originários têm sua cultura ridicularizada pela sociedade, dentre outras – são formas

“modernas” do uso da violência institucionalizada contra indivíduos culturalmente discriminados pela sociedade considerada civilizada.

Neste sentido, as sociedades capitalistas, relacionam força à capacidade de anular o outro dentro de uma perspectiva materialista. O comportamento de solidariedade e respeito não faz parte do ideário capitalista. A criação de modelos ideais de comportamento, de expressão cultural, de relacionamentos afetivos é necessário para que o padrão branco burguês se mantenha no controle, é útil para a manutenção do domínio e exploração da classe trabalhadora. Até mesmo a relação de superioridade estabelecida entre homem e natureza, necessária para validação da exploração de recursos naturais, é problemática em muitos aspectos considerando a relação de simbiose e dependência entre ambos:

A sociedade não pode existir sem a natureza – afinal, é a natureza, transformada pelo trabalho, que propicia as condições de manutenção da vida dos membros da sociedade. Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza – o que varia historicamente é a modalidade da relação da sociedade com a natureza: variam ao longo da história, os tipos de transformação que, através do trabalho, a sociedade opera nos elementos naturais para deles se servir, bem como os meios empregados nessa transformação. (Netto, 2012, p. 47)

O desenvolvimento do capitalismo pressupõe formas cada vez mais brutais de exploração humana e da natureza, causando uma ruptura nas relações a ponto de a existência da vida no planeta estar ameaçada. Tal fato advém do processo social causado pela ideologia predatória capitalista. Ao passo que se modernizaram os meios de produção e formas mais sofisticadas de desenvolvimento tecnológico vão sendo criados, acontece também um afastamento, que até certo ponto é natural, mas que vem provocando também uma espécie de rompimento nesta relação, provocando desequilíbrios naturais, biológicos e até mesmo sociais.

Quando um país de primeiro mundo deixa seu lixo eletrônico em um país subdesenvolvido por exemplo<sup>3</sup>, é como se estivesse varrendo sua casa e deixando a

---

<sup>3</sup> Reportagem do ano de 2016 publicada pela rede BBC News, relata a situação de um lixão no oeste da capital de Gana, Acra, onde toneladas de lixo eletrônico são queimadas a céu aberto produzindo espessa fumaça tóxica lançada na atmosfera. Ainda de acordo com a reportagem, centenas de milhares de toneladas de lixo eletrônico vindos da Europa e América do Norte são despejados naquele local.

sujeira debaixo do tapete de sua sala, mas de alguma forma e em alguma medida, assegura que algumas pessoas, aquelas que ele considera seu povo, possam viver em um lugar limpo, arborizado, respirando um ar menos poluído e em contrapartida, despejam a sujeira em um lugar que avalia ser pior que o seu e que, portanto, não faz diferença poluir e expor as pessoas que lá vivem.

O que o capitalismo ainda não permitiu aos homens detentores do poder entenderem, é que o planeta terra, mais que um conjunto heterogêneo de seres, culturas e organismos, é acima de tudo, um organismo integrado, que se conecta de maneira quase incontrolável. A pandemia de Covid 19<sup>4</sup>, provou o quanto a divisão geográfica é frágil no que se refere a proteger este ou aquele povo. É óbvio que países subdesenvolvidos sofrerão, assim como já sofrem, as consequências de maneira muito mais violenta, mas o modelo socioeconômico capitalista não reúne condições de existência e sobrevivência suficientes a longo prazo. Não cabe na perspectiva capitalista a concepção do organismo social integrado, é preciso que se divida em partes para que o intento de dominação/exploração seja profícuo e aqui se encontra uma contradição, tendo em vista a impossibilidade de criação de uma barreira biológica separando o ar de países ricos e pobres.

## **1.2 TRABALHO: FONTE DE HUMANIZAÇÃO E DESUMANIZAÇÃO**

A complexa organização social alcançada pela humanidade no curso de um longo processo histórico, configura avanços e coloca o trabalho como objeto central de estudo, especialmente no que diz respeito à sociedade capitalista tal qual conhecemos. Sendo assim, para compreender a sociedade de classes fundada no sistema de produção capitalista, necessita-se compreender a função desempenhada pelo trabalho em suas amplas concepções, assim como sua função na produção e reprodução social.

---

<sup>4</sup> Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum. (OPAS, OMS)

Inicialmente, é possível compreender o trabalho como categoria de desenvolvimento exclusivamente humano. Isso implica reforçar uma das mais famosas comparações feitas por Marx no livro *O Capital*:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. (Marx, 1883, p.327)

É através deste entendimento que se torna possível qualificar o ser humano como o único detentor da habilidade ao trabalho. Os animais constroem seus abrigos, se alimentam e realizam feitos surpreendentes, mas o fazem de forma intuitiva, ou seja, agem puramente pelo instinto de sobrevivência e por uma espécie de programação natural específica de cada espécie, ato que lhes proporciona condições de sobrevivência que assegurem a reprodução e perpetuação de sua espécie.

Na vida humana, o trabalho assume papel fundamental, transformando a natureza, os objetos, criando e recriando as relações entre os homens e entre estes e a natureza. Através deste complexo e elaborado movimento, o trabalho se coloca aos e entre os seres como necessidade em muitos aspectos, seja de sobrevivência numa relação muito próxima à natureza, seja em uma concepção restrita do pensamento capitalista que o utiliza unicamente como fonte de obtenção de mais-valia<sup>5</sup> seja, como forma de emancipação através da socialização da produção, cooperando para o desenvolvimento humano genérico.

A concepção mecanicista do trabalho é característica do sistema de produção capitalista, que usa esta categoria como mera ferramenta de exploração de mais-valia, retirando dela todo seu valor criativo, emancipatório e de desenvolvimento humano. Tal conceito, toma todas as esferas da vida em sociedade no sentido de expropriar o produtor dos frutos do seu trabalho. Os desdobramentos disso se replicam nas mais

---

<sup>5</sup> O mais-valor ou mais-valia, resulta, pois, da transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, recria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma. (Marx, 1983, p. 102)

diversas áreas da vida humana, na forma como os indivíduos concebem o mundo e na sociedade da qual fazem parte, até porque, é o trabalho que proporciona um nível maior ou menor de qualidade de vida aos indivíduos.

À medida que se desenvolvem tecnologias capazes de elevar a capacidade humana para explorar a natureza, produzir alimentos, construir moradias mais seguras e confortáveis, o trabalho ganha status diferenciado. Aqueles e aquelas que executam o trabalho em suas diferentes esferas, se moldam também e a partir desta perspectiva. Todas as mudanças e avanços, refletem na vida humana nos seus vários âmbitos, e é partindo de tal conclusão que se verifica estudar a categoria trabalho para se chegar ao modelo social ao qual pertencemos.

No trabalho também estão as ferramentas de controle, acumulação, alienação e emancipação. A sociedade burguesa se apropriou da categoria trabalho de forma que sua concepção, seu valor construtivo e criativo, foram e continuam sendo sistematicamente reduzidos, senão suprimidos, principalmente para o trabalhador que o executa. Dentro da perspectiva capitalista, o trabalho é apenas forma de acumulação de mais-valor e a divisão técnica do trabalho assim como o avanço da tecnologia, tornam o processo de alienação mais agudo, considerando as múltiplas implicações para a classe trabalhadora.

A sociedade de classes se alimenta de um sistema desigual e discriminatório para se manter. Deslocando os sujeitos dos seus lugares, colocando-os às margens da vivência social plena, é possível criar uma ideologia de conformação de classes e gênero, na qual se cria uma cultura que naturaliza a violência, a miséria, a falta de acesso aos bens produzidos socialmente. É importante ressaltar, que todo este sistema de regras se coloca de forma tão contundente na sociedade capitalista, que é preciso desvendar a fundo sua dinâmica para que ele possa ser alterado.

Este movimento passa pelo processo de compreensão e análise sócio-histórica que desencadeou a formação do capitalismo enquanto um sistema econômico, político e social com tentáculos em todo globo e que se impõe como uma ordem natural de desenvolvimento. Meszáros assim descreve este fenômeno:

Novamente, é importante recordar que as mistificações teóricas surgem na base material dos correspondentes absurdos práticos, consolidados pelo próprio processo de reprodução social no qual os indivíduos particulares –

incluindo os filósofos e os economistas políticos – estão inseridos e que todos assumem como dado. Como vimos anteriormente, o processo socioeconômico que se desdobra historicamente produz a irracionalidade prática de três equações fundamentais:

Meios de produção=capital

Terra=terra monopolizada

Trabalho=trabalho assalariado (Meszáros, 2009, p.41)

E prossegue:

Contudo, na medida em que o processo de produção social consolida na prática essas equações e conversões formais absurdas, ocorre uma segunda conversão que se afirma como aparentemente “natural” e “absoluta”. Em decorrência disso, os indivíduos particulares são agora confrontados com o absurdo socioeconômico duplamente mistificador segundo o qual:

Capital = meios de produção

Terra monopolizada (ou propriedade fundiária) = terra

Trabalho assalariado = trabalho (Meszáros, 2009, p. 42)

Meszáros explica que esta dupla inversão ocorre pelo fato de que “*a dimensão histórica das relações que elas expressam está agora completamente suprimida*”. É desta forma que o capitalismo produz alienação no que se refere a todo processo produtivo e conseqüentemente no processo de desenvolvimento social. O trabalhador produtor não se reconhece partícipe do processo gerador de riquezas – e em alguma medida ele realmente deixa de fazer parte – mas isso acontece pelo efeito que Meszáros chama de “mistificador” engendrado nas relações produzidas ao longo processo histórico que resultou no sistema econômico hoje vigente em praticamente todo globo terrestre.

A partir destas considerações, fica claro que o método crítico dialético usado por Marx se apropria da materialidade histórica como base de estudo, pois é a partir de circunstâncias reais que os processos de produção e reprodução da humanidade se dão. A elaboração de teorias acerca da realidade que não levem em conta estes processos, fatalmente incorrerão em graves riscos de interpretação e, conseqüentemente, reduzirão a concretude trazida pela realidade a processos naturais, absolutos e inalteráveis.

No bojo de todos estes processos, gestam-se as relações que se estabelecem entre homens, entre homens e mulheres, entre homens, mulheres e natureza. A forma como

concebemos o trabalho, a família, a vida, a morte, as religiões, o universo, todas estas percepções passam por constituições de raízes profundas, entrelaçadas e em constante movimento. Variados aspectos formam a visão de mundo que se gesta no interior de sociedades organizadas e seus indivíduos. E a forma como se dá a produção material da vida perpassa todos eles.

Neste sentido, o trabalho alcança status de categoria central de análise, já que através dele, se desencadeiam os processos de produção material, acumulação e distribuição ou não de riquezas. Tomar o trabalho como elemento crucial para entender o processo de acumulação capitalista, é também compreender que sua ausência, produz a miséria humana material e imaterial que se acentua no decorrer do processo de desenvolvimento capitalista. As formas e meios com os quais o trabalho se desenvolveu ao longo dos tempos, sofreu modificações, seja na esfera produtiva, seja na forma como o concebemos enquanto elemento indispensável para o desenvolvimento de habilidades humanas.

A Revolução Industrial<sup>6</sup> alterou a forma de realização do trabalho através do incremento de máquinas no processo produtivo. A partir de então, desencadeia-se um processo de profundas mudanças na forma de produção que dá origem às mercadorias e na forma como o trabalhador se insere neste cenário. As implicações de tais mudanças se dão nas diversas esferas da vida. O processo de produção passa a ser fracionado, sendo dividido em etapas e o mesmo se dá com aqueles que executam as máquinas, que a partir de então, só vão deter parte do processo produtivo. É inegável que tal revolução foi um marco, um avanço para a humanidade no que se refere ao desenvolvimento tecnológico e produtivo, que a força e o desgaste humano necessários para realizar as mais diversas atividades diminuiu drasticamente e que as condições de sobrevivência humana tiveram melhora significativa.

---

<sup>6</sup> Essa nova revolução celebra sua vitória na pele dos trabalhadores reduzidos a mercadorias: “Esses operários, que são obrigados a vender-se por minutos, são uma mercadoria como qualquer outro artigo comercial. [...] Com a difusão do uso das máquinas e a divisão do trabalho, o trabalho proletário perdeu todo caráter independente e com isso todo o atrativo para o operário, que passa a ser um simples acessório da máquina e ao qual se pede apenas uma operação manual simplíssima, extremamente monótona e fácil de aprender. [...] Operários concentrados em massa nas fábricas são organizados militarmente e dispostos como meros soldados da indústria, sob a vigilância de toda uma hierarquia de suboficiais e oficiais.” (DeMasi, 2001, p. 111)

Por outro lado, a divisão tecnológica do trabalho, apresenta um cenário que, fragmentando o processo produtivo, também o faz com o trabalhador, que, colocado no processo de produção capitalista como mercadoria representada pela sua força de trabalho, é destituído de condições que ultrapassam a sobrevivência:

Assim, o processo capitalista de produção, considerado em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado o capitalista, de outro, o trabalhador assalariado. (Marx, 2013, p.795)

E é a partir de tais determinações que vão se desenhando também as relações sociais pautadas em um sistema de regras econômicas, políticas e sociais, que tendem a desconsiderar que os desdobramentos sociais se dão com base na materialidade da realidade por ele imposta. Aí se encontra uma das formas de sobrevivência do capitalismo: compreender a “questão social” como fator natural: “Assim, o “social” deve ser visto como “fato social”, como algo natural, a-histórico, desarticulado dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade, portanto, dos interesses e conflitos sociais” (Montano, 2012, p.271)

A economia política e seus representantes são peça chave para que as expressões da “questão social” sejam naturalizadas ao longo da história capitalista. Partindo de uma análise que separa o econômico do social, as respostas dadas à exploração dos trabalhadores, à falta de acesso a bens e serviços por exemplo, são colocadas como condições relativas a falhas individuais, de âmbito pessoal e não consequências de um sistema estrutural de base excludente.

A partir de então, as relações sociais se dão de forma confusa, contraditória, invertida. O trabalhador produz bens e riquezas, frutos do seu esforço e tempo gasto no processo de produção, mas é alienado do direito de desfrutar dos benefícios sociais deles advindos. Para Kergoat “Uma relação social é uma relação antagônica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa [*enjeu*]. É uma relação de produção material e ideal...” (2006). A partir de então, é possível voltar o nosso olhar para estudar a realidade com base nas circunstâncias objetivas postas pela produção material, a fim de que as relações sociais sejam desmistificadas e analisadas sob a ótica da realidade concreta.

Este trabalho de desmistificar os processos e relações nos quais os indivíduos estão inseridos, leva em consideração aspectos de âmbito geral de suas vidas, é processo de construção e desconstrução de modelos sociais criados há séculos e depende de circunstâncias que, muitas vezes, se encontram indisponíveis para que sejam realizados. Requerem uma gama de ferramentas capazes de jogar luz nas relações sociais e econômicas consideradas absolutas. Somente através de estudos que considerem toda a ordem e gama de processos vividos pelas sociedades até aqui, reconhecendo as particularidades de cada uma, as bases nas quais se apoiaram sua formação, seus povos, costumes e hábitos é possível analisar as relações estabelecidas.

### **1.3 ESTADO E POLÍTICA SOCIAL NA ORDEM BURGUESA**

As políticas sociais surgem do contexto da luta de classes frente à acumulação capitalista que se acirra ao longo do século XX. Tratando-se desta forma, esta análise necessita vir amparada à compreensão sobre o papel do Estado na sociedade de classes. Significa dizer que não é possível estabelecer extremos quando se pretender compreender as políticas sociais:

São exemplos de análises unilaterais no campo da política social aquelas que situam a emergência de políticas sociais como iniciativas exclusivas do Estado para responder às demandas da sociedade e garantir hegemonia ou, em outro extremo, explicam sua existência exclusivamente como decorrência da luta e pressão da classe trabalhadora. Em ambas predomina uma visão do Estado como esfera pacífica, desprovido de interesses e luta de classes. (Behring e Boschetti, 2011, p.37)

As contradições que permeiam o sistema capitalista, impedem que fatos da vida social, política e econômica, sejam considerados somente por um prisma. As políticas sociais se encontram neste complexo sistema desenvolvido a partir de circunstâncias exigidas pelo capitalismo. Portanto, sua urgência passa por, desde a manutenção das condições de sobrevivência da classe trabalhadora, até o alcance de formas mais elaboradas de extração de mais-valia.

Apenas a consciência das contradições acúmulo/miséria do sistema capitalista, não são suficientes para que movimentos revolucionários aconteçam (Marx, 1983). Ou seja, mesmo que a realidade contraditória das condições humanas em que os indivíduos se encontram, esteja clara, ainda assim, isto em si só, não produz condições suficientes para que a classe trabalhadora faça a sua revolução. Para Marx, a crise do capital seria

fundamental para que condições políticas pudessem abalar a produção capitalista. Considerando o período histórico em que Marx fez tais avaliações, o capitalismo vem se esgotando a cada crise, mas ainda alcança seus ideais através das mais diversificadas formas de coação/conformação sociais.

O surgimento do Estado se relaciona diretamente à preservação dos interesses burgueses. Ao contrário do que se pode entender pelas explicações formais do que é o Estado e sua função na sociedade, o que fica claro é seu caráter de garantidor dos interesses da classe dominante. Todo o aparato de leis e regras concernentes ao convívio e organização sociais, se estabelecem sob interesses de classe. Este entendimento é fundamental para estudo e compreensão das políticas sociais, da luta de classes e do abismo social criado pelo sistema capitalista. Não é possível identificar e menos ainda, alcançar soluções definitivas para questões que afligem o corpo social, sem que a venda criada pelo capitalismo seja retirada. E é a partir deste movimento que se gestam as condições possíveis à criação de uma outra sociabilidade.

Entender a criação e manutenção das políticas sociais, passa também pela compreensão do que é o Estado, como ente regulador das relações sociais. Montaña (2012) enfatiza o papel do Estado durante a expansão capitalista pós segunda guerra mundial. “Nessa experiência, o Estado assume tarefas e funções essenciais para a nova fase de acumulação capitalista e inibição-institucionalização dos conflitos sociais da classe trabalhadora (...)” (Montaña, 2012, p 275). Assim, é possível observar que o papel assumido pelo Estado, passa pelo desenvolvimento do capitalismo. Se for preciso maior intervenção para que se mantenham os níveis de acumulação e concentração de riqueza, assim será. O termômetro para a atuação deste ente, é o mercado financeiro.

Não há, desta forma, neutralidade na sociedade de classes, nem tão pouco do Estado, como muitos pensam. O que existe, de forma explícita ou velada, são interesses, postos de maneira objetiva e assimilados subjetivamente pela sociedade. Isto reforça a teoria marxista da materialidade histórica que analisa todo o processo social com base no concreto, partindo dele para o abstrato. Quando este entendimento é alcançado, nada mais é visto da maneira estática colocada pela economia política clássica, que parte de pressupostos de desenvolvimento econômico e social naturais, sem interesses ou interferências. É um pensamento um tanto quanto cômodo, e para os que o defendem, estratégico, já que se utiliza de uma visão comportamental de relapso para com os

problemas sociais, onde não existem responsáveis pelas desigualdades, os atores sociais são como fantoches, apenas cumprem, cada um, seu papel.

Mas como dito anteriormente, não há isenção na sociedade capitalista de classes e por este motivo, defender que os processos de enriquecimento, de empobrecimento e todos os outros a eles ligados são naturais, trabalha com uma única finalidade: a manutenção do *status quo*. E para isso, são usados dos mais variados artifícios, muitos deles, elaborados de forma muito convincente e com uma lógica própria. Isso é revelador, pois explica o motivo de a classe trabalhadora, que representa a esmagadora maioria populacional, seguir produzindo as riquezas para o usufruto de uma minoria constituída pela burguesia, aparentemente de forma pacífica.

Este cenário é quase mundial, ressalvadas as particularidades de cada continente, país ou região, a sociedade de classes carrega características próprias que apenas se adequam a depender do ambiente no qual se instala. Assim também se desenvolvem as relações sociais, especialmente após o desenvolvimento tecnológico da informação, no qual as pessoas acessam facilmente conteúdos que tendem a ser um padrão, estabelecendo comportamentos e modos de consumo igualmente padronizados.

É necessário que sejam feitas análises de vários pontos para que se possa compreender as políticas sociais, seu caráter, alcance e objetivos. Como já dito, não é possível colocá-las apenas pela perspectiva das lutas sociais e nem mesmo exclusivamente pela intervenção estatal, sendo assim, podemos dizer que o que se gesta dentro das relações socioeconômicas, aliado ao contexto histórico e geográfico, serão determinantes para desvelar o que está por trás da criação, manutenção ou não das políticas sociais.

Uma constatação é que as políticas sociais são fruto do sistema socioeconômico capitalista e todos os seus desdobramentos. A função de cada uma delas, passa pela manutenção da ordem dentro de um certo controle, pela instituição de um falso preceito de justiça social e pela sobrevivência mesmo da classe trabalhadora. É importante não perder de vista que a sociedade capitalista é permeada por contradições e é desta forma que se apresentam as políticas sociais, portanto, explicá-las e/ou compreendê-las, passa pelo conhecimento do complexo processo constitutivo da sociedade atual:

Desse modo, as políticas sociais não podem ser analisadas somente a partir de sua expressão imediata como fato social isolado. Ao contrário, devem ser

situadas como expressão contraditória da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da essência. (Behring e Boschetti, 2011, p.39).

O que não se deve perder de vista, é que o caráter destas políticas não é emancipatório, seu limite de atuação é restrito à manutenção da ordem social vigente, atenuam em certa medida as mazelas sociais, mas são ineficazes quando se trata de superar as desigualdades que o capitalismo cria. Se faz necessário uma análise crítica e lúcida sobre estas questões tão afetas à atuação profissional do assistente social, para que o horizonte de lutas o qual a profissão deve se alinhar, não se nuble diante dos artifícios da classe dominante para dissipar o teor da luta de classes.

O caráter assistencialista das políticas sociais, revela sua fragilidade e a necessidade de se politizar questões que atingem diretamente seus usuários. Colocar em pauta a discussão de como, para quem, assim como objetivos das políticas sociais, significa trazer a classe trabalhadora para a discussão não apenas como usuária, mas também e fundamentalmente como figura central, a quem tal tema está diretamente relacionado. As políticas sociais têm potencial de alcançar a classe trabalhadora e a partir do seu primeiro movimento objetivo de sanar minimamente algumas mazelas que a afligem, elas também podem criar as bases necessárias à mudança da condição desta classe.

O movimento de despertar da consciência de classe não é automático e não surge de forma espontânea. Considerando toda a complexidade e a dinamicidade na qual a formação social acontece, não basta reduzir a luta de classes a um fato ou circunstância apenas. É preciso análise e conhecimento amplo da realidade, da materialidade histórica, das condições objetivas que colocaram países em condição de desenvolvidos, enquanto outros permanecem subservientes, contrariando todas as perspectivas da economia política clássica no que diz respeito ao desenvolvimento econômico das nações.

#### **1.4 GÊNERO E RELAÇÕES SOCIAIS**

Um dos braços do capitalismo, pode ser atribuído ao sistema de relações de gênero no qual o sexo é determinante para se estabelecer como mecanismo de exploração, acompanhado da opressão e violência, visando usar conceitos biológicos para determinar/explicar relações que, nada mais são do que construções sociais que se firmam ao longo dos tempos. Estabelecer que todas as relações sociais estão baseadas

em materialidade, traduzida pelo trabalho, faz com que possamos nos apoiar em fatos geradores e determinantes da vida social, para entendermos os lugares dados aos indivíduos.

O processo de industrialização do Brasil veio acompanhado de mudanças significativas no que se refere ao mercado de trabalho para as mulheres. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1934 pelo então presidente Getúlio Vargas, coloca as mulheres em igualdade formal com os homens no que se refere à diferença salarial, jornada de trabalho, além de proteger a mulher contra a dispensa durante a gravidez e afastamento laboral pelo período entre quatro semanas antes e depois do parto.

Interessa-nos deixar claro, que o regramento social, assim as crenças e os comportamentos individuais e coletivos, por mais que se relacionem diretamente ao regramento legal de uma sociedade, ainda assim não se alteram automaticamente. Ou seja, promulgar uma lei que proteja as mulheres não é suficiente para alterar sua condição de subalternidade diante dos homens. Apesar do avanço legal, da concepção de direitos, que coloca homens e mulheres em situação de igualdade formal, o tratamento igualitário, na prática, não se altera na mesma proporção. Desta forma, o gênero se torna crucial na construção de padrões que reforçam a estrutura socioeconômica capitalista.

Às mulheres, é relegado todo um conjunto de responsabilidades e atributos, desde o seu nascimento até a vida adulta, unicamente com base em suas características biológicas. São inculcadas desde muito cedo, ideias definidoras e determinantes de sua capacidade intelectual, de sua forma de agir e pensar, refletindo nas suas escolhas profissionais e pessoais, o que incorre em uma vida limitada às condicionalidades impostas pelo patriarcado.

A entrada das mulheres no mundo do trabalho formal, não foi suficiente para alterar a visão sexista que desqualifica ou determina sua capacidade intelectual. Tanto que, ainda hoje, mulheres ganham menos que homens. De acordo com o IBGE<sup>7</sup>, em 2018, as mulheres ganhavam 20,5% menos e tal fato é revelador tanto do passado quanto da atual relação de gênero presente no capitalismo. Definir e qualificar um indivíduo, estabelecendo qual lugar ele/ela terá na composição social, é também limitar,

---

<sup>7</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

coagir, proibir e impedir que tais pessoas possam passar destes limites. No caso das mulheres, limitar seu espaço de atuação, é também estabelecer e reforçar a ordem patriarcal na qual os homens organizam a sociedade, definem a importância e o papel de cada um nela, se apropriando do espaço feminino.

Até mesmo a apropriação de termos e palavras usados no dia a dia para definir pessoas, comportamentos e formas de convivência, fazem parte de um sistema normativo criado a fim de se manter conceitos elaborados a partir de uma perspectiva restritiva, que não dá conta de abranger toda a complexidade social da qual fazem parte uma gama de indivíduos que carregam diferenças, individualidades, gostos, comportamentos e histórias diversos. As diferenças biológicas existentes entre os indivíduos por exemplo, não são capazes, por si só, de explicar a forma como cada um é visto e a expectativa comportamental que se espera de cada um. Isso significa dizer que somos seres sociais, nossas bases, crenças e comportamentos, tudo aquilo que aprendemos ao longo de nossa existência, é basicamente fruto de nossa convivência em sociedade, das experiências vivenciadas, da formação cultural recebida e de uma série de processos que acompanham os indivíduos ao longo de sua trajetória.

Mudanças que vêm acontecendo na esfera social relacionados à formação da família, que durante muitos séculos se pautou nas relações monogâmicas (regra válida para as mulheres) e heterossexuais. Ainda que haja fortemente a vinculação do sexo biológico na formação do núcleo familiar, como maneira de justificar relacionamentos heterossexuais, existe atualmente um poderoso movimento, tanto de mulheres, quanto de pessoas LGBTQIA+, que lutam para que sejam dissolvidos conceitos que imputam aos indivíduos comportamentos afetivos que se restringem ao padrão heterossexual.

A necessidade da criação de um novo projeto de identidade social, surge a partir dos incômodos, opressão, violência e exploração impostos pela sociedade patriarcal controlada por homens brancos, majoritariamente. A possibilidade de entrada em um novo ambiente, oferece às mulheres, mesmo que ainda de forma precária e insuficiente, uma visão ampliada do mundo, daquilo que as rodeia, em especial o sistema de poder ao qual estão submetidas. O desenvolvimento intelectual, a relativa autonomia, o conhecimento, faz com que seja possível colocar em xeque todo o sistema de regramentos sociais que restringe sua participação à vida doméstica.

Existem aqui duas análises muito relevantes: primeiro o valor dado ao trabalho feminino dedicado ao lar e à criação dos filhos. Quando à mulher é dada a função de procriar e cuidar de todos os afazeres domésticos, é também retirado deste trabalho valor real, ou seja, sendo algo intrínseco, subentende-se também que não tem valor objetivo, especialmente para o capitalismo que precisa da mercadoria para que haja valor. Disso resultam duas consequências, o não valor dado ao infinito trabalho reprodutivo e a restrição da capacidade feminina de desenvolver habilidades para além dessa esfera.

A segunda análise se relaciona diretamente à primeira, pois tanto a responsabilização pelos afazeres domésticos, quanto a reprodução biológica dos indivíduos são postos como habilidades naturais que cabem apenas às mulheres. Logicamente que cada sexo exerce biologicamente seu papel no processo de reprodução, mas a partir daí, o que se segue, é processo cultural, de sociabilidade. A ideia de que as mulheres têm o dom de cuidar, seja da casa, dos filhos, do marido, de familiares em geral, coloca uma carga em seus ombros, além de limitar seu trânsito nos mais variados espaços sociais.

O período considerado fértil, biologicamente falando, coincide com o momento em que as mulheres estão buscando se estabilizar no mercado de trabalho, fato que gera frustrações e cobranças, considerando que, socialmente, as mulheres são ensinadas a priorizar a vida doméstica em detrimento da vida profissional. Muitos são os dramas enfrentados já que, além dos inúmeros obstáculos até alcançar uma posição confortável no mercado de trabalho, a mulher precisa, em algum momento da vida, decidir sobre questões afetas à maternidade por exemplo.

Para o capitalismo, manter o controle sobre os corpos femininos através da maternidade, da heterossexualidade, da monogamia, da sociabilidade voltada para a vida doméstica e controle do sexo é fundamental, tendo em vista que são elas também as responsáveis pela reprodução da força de trabalho que vai dar impulso ao capitalismo. Introjetar o “dom” da maternidade nas mulheres, as coloca direta e inevitavelmente em uma posição limitada diante dos homens, considerando que eles podem ser o que quiserem, inclusive são eles que versam sobre os assuntos que dizem respeito à vida feminina. São os homens que votam sobre a legalização ou não do aborto por exemplo, tendo em vista a diminuta presença das mulheres na vida política.

A desvalorização da força de trabalho feminina no tocante à esfera do lar produz a sua dependência financeira, subordinação ao marido, não reconhecimento de direitos trabalhistas, já que legalmente não se considera tal dispêndio de forças trabalho, e especialmente impede que as mulheres tenham a oportunidade de optar ou não por esta vida. Tudo isso, cimentado pela crença de que mulheres não podem e não devem ocupar determinados espaços, perpetua relações de exploração e violência e gênero, onde a mulher não é vista como indivíduo capaz, dotada de inteligência e vontade própria.

As relações de gênero estabelecidas e que sustentam o capitalismo, escravizam homens e mulheres, dentro de uma escala predeterminada. Homens são explorados por homens e mulheres, mulheres são exploradas por homens e por mulheres, a depender da classe, da posição que estes sujeitos ocupem na sociedade, mas, seja em qual nível for, em última instância, as mulheres são dominadas e exploradas dentro e fora de suas casas, nos vários âmbitos de sua vida. Se forem mulheres burguesas, terão privilégios consideráveis, mas ainda assim, majoritariamente, prestarão obediência a alguma figura masculina.

A sexualidade também se desenvolve entre os gêneros de maneira muito distinta, impondo a cada indivíduo formas específicas de expressar seus desejos e emoções. O homem, desde muito cedo, é ensinado a castrar qualquer comportamento afetivo que demonstre fragilidade, já que sentir não deve ser uma característica da personalidade masculina, pois vai de encontro ao papel que os homens devem assumir socialmente. A figura de força que se coloca para os meninos no período da infância, se aproxima muito mais do desenvolvimento de um comportamento violento, do que de uma qualidade que os capacite a enfrentar os desafios da vida adulta. E seguindo esta linha, vão se desenvolvendo transtornos e doenças de ordem física e mental que acompanham toda a vida dos homens. As emoções represadas desde cedo, desaguam em violência contra as suas mulheres, suicídio, homicídios e distúrbios de muitas ordens.

Tais formas de distinguir homens de mulheres, trazem prejuízos a ambos, mas tem uma finalidade e serve a alguns poucos: à classe burguesa, aquela que a todos e todas domina. Homens e mulheres, ainda não dispõem das ferramentas necessárias para tal compreensão. Os homens, mesmo que nas classes mais baixas, na condição de explorados, têm medo de perder o controle a nível doméstico das mulheres, este é um ponto que impede sua aproximação da mulher em sentido de identificar sua igualdade

de classe explorada. É claro que em algum nível, ele se beneficia de tal condição, mas os prejuízos são infinitamente maiores.

Tal socialização, faz com que as mulheres aceitem os papéis a elas designados, papéis milenares que vão sendo passados de geração a geração. Na condição de fragilidade social, muitas vezes, à mulher é mais “fácil” encarnar seu papel, do que enfrentar a gama de consequências que a recusa poderia lhe trazer. Recusar o papel de mãe, esposa, o papel de docilidade, de cuidadora de todos, daquela que renuncia a sua vida pessoal em favor da família, significa enfrentar toda uma sociedade que tem seus valores solidamente justificados no patriarcalismo.

Uma poderosa ferramenta usada pela sociedade patriarcal é colocar mulheres umas contra as outras, como rivais. O uso de características físicas e comportamentais que definem mulheres respeitáveis de não respeitáveis, encabeça uma extensa lista usada para que as mulheres não alcancem a capacidade de compreender quem é seu verdadeiro opressor. Mesmo diante das similaridades vividas, as mulheres estão sempre a se “defender” umas das outras, elas não conseguem perceber seu lugar de objeto na visão masculina. A condição de rivalidade só atende aos homens, já que as mulheres gastam parte de sua existência, energia e capacidade intelectual, preocupadas em formas de manter relacionamentos, como se dependesse dela o sucesso ou não de uma relação.

Tal processo é minucioso, envolve uma série de fatores sociais, econômicos e relacionais. A forma como as mulheres são ensinadas a ver a vida, a identificar suas capacidades, as torna reféns de relacionamentos, já que seu valor social é colocado na efetivação do papel de mãe, de esposa, não se espera que uma mulher abra mão e recuse tais papéis para seguir a carreira dos seus sonhos por exemplo, especialmente se sua profissão não estiver enquadrada naquelas voltadas ao seu gênero. No polo oposto, é impensável que um homem se dedique às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos ou familiares. Muitas mulheres nem mesmo sabem dizer o que as realizaria, já que suas escolhas são moldadas dentro de um restrito padrão ao longo da vida, além de serem predeterminadas. Não são oferecidas as mesmas oportunidades de escolha que àquelas dadas aos homens. Como desde muito cedo as meninas são ensinadas a desenvolverem seu lado sentimental, outras emoções ficam escondidas ou reprimidas, o que interfere na capacidade de a mulher identificar habilidades.

Na vida adulta, os ambientes são hostis às mulheres, seja pelo fato de elas não terem sido devidamente preparadas para estarem neles, seja pela não aceitação dos homens em dividir estes lugares com seres que lhes parecem inferiores. Quando elas acreditam que são capazes de estar ali, a força da ideologia do gênero se faz cruel, sejam homens, sejam outras mulheres, atacam veementemente a postura destoante daquela que ousou sair do condicionamento imposto. Esta restrição provoca um processo repetitivo onde os homens continuam decidindo sobre a vida das mulheres. O lugar de subordinação impede que a mulher vire o jogo e se capacite a enfrentar a opressão sofrida, permanecendo num ciclo vicioso que perpassa gerações.

Segundo Safiotti, (2001), “Os estereótipos têm a força do molde. Quem não entrar na forma, corre o risco de ser marginalizado das relações consideradas “normais”. Segundo a autora, o medo do desconhecido afeta homens e mulheres, então os costumes vão se perpetuando e todo o regramento considerado natural, vai sendo passado de geração a geração. Obviamente que é um processo complexo no qual aspectos de todas as esferas devem ser compreendidos. Não é somente o medo do desconhecido que faz com que a desigualdade entre os sexos perdure pelos tempos, uma série de fatores, encabeçados pelo processo sócio-histórico e econômico de base capitalista, elaborados em sólidos argumentos, moldam a cultura, a educação, o comportamento dos indivíduos e as formas com as quais estes compreendem a dinâmica da vida.

Frente ao exposto até aqui, o capítulo 02 tratará de fazer uma análise das circunstâncias desencadeadoras dos processos de violência contra a mulher pautados no estereótipo de gênero. A complexidade de tal tarefa se dá considerando as implicações sociais presentes nos processos históricos e as variáveis que podem aprofundar ou atenuar o problema. É importante salientar a impossibilidade de condicionar a pesquisa a fatores isolados e é em decorrência disto que, de antemão, é preciso alertar sobre a necessária correlação entre as circunstâncias que geram a violência, tanto no que se refere às vítimas, quanto aos agressores.

## **CAPÍTULO 02: RELAÇÕES ENTRE FATORES ECONÔMICOS E OS CICLOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

O segundo capítulo deste trabalho, pretende analisar as relações de gênero presentes na sociedade capitalista burguesa, delimitando tais relações entre pessoas de sexo oposto, ou seja, relações heterossexuais, seus desdobramentos, as consequências que suas imposições acarretam a homens e mulheres e os papéis sociais representados e exigidos de cada indivíduo.

Foi utilizado método de pesquisa bibliográfico, analisando trabalhos de grandes feministas e estudiosos do tema que referencia as relações de gênero como condicionantes de papéis e comportamentos sociais específicos, além de pesquisas que relacionam os fatores econômicos à violência de gênero contra as mulheres.

Considerando a multiplicidade de circunstâncias que levam os indivíduos homens e mulheres a estabelecerem padrões de comportamento em suas relações, ficou evidente a dificuldade em citar apenas o fator de dependência econômica como desencadeador da violência contra as mulheres em âmbito social e doméstico familiar.

Uma ressalva importante faz-se necessária: aos homens também se reservam graves consequências da imposição comportamental com base no sexo biológico, já que é necessário que eles amputem de si sentimentos e comportamentos relacionados à afetividade, dificultando o desenvolvimento de empatia e respeito pelo sexo oposto e de maneira geral. Mas, apesar e mesmo com todos os prejuízos, o sistema de poder patriarcal oferece aos homens uma espécie de recompensa que se traduz no controle social, político e econômico da sociedade e consequentemente em controle sobre a mulher.

Diante da análise feita no primeiro capítulo, fica evidente a impossibilidade de se falar em classe e gênero sem problematizar o que significa para o Brasil a questão racial, tão fortemente presente nas relações econômicas e de gênero. Neste contexto, falar sobre a situação da mulher, é também falar sobre a condição da mulher negra que representa grande parte do público onde se desaguam as consequências de uma formação social racista, excludente e machista. É importante compreender que, por mais absurda, violenta e desigual seja uma cultura, a força por ela enraizada através dos tempos, lhe confere um status de norma quase que natural e não é em vão que seja tão complexo sua superação.

A violência sofrida pelas mulheres tem uma história que atravessa os tempos. O sexo biológico é usado de muitas maneiras para coagir, diminuir, violentar, culpabilizar e eternizar um modelo social no qual a mulher permaneça submissa e mais que isso, aceite a submissão como algo que faz parte da sua natureza. Desde muito cedo, as diferenciações entre homens e mulheres se fazem presentes no comportamento exigido pelos pais a meninos e meninas.

Tais padrões são tão fortes, que mesmo as mulheres têm muita dificuldade em quebrá-los. Simone de Beauvoir retrata a condição da mulher burguesa, deixando claro o quanto a condição de classe impede a luta feminina por equidade: “Como sua educação e sua situação parasitária as colocam sob a dependência do homem, não ousam sequer apresentar reivindicações; as que possuem essa audácia, não encontram eco” (Beauvoir, 2019, p.163). É importante ressaltar que a mulher burguesa, usufrui de posição muito mais confortável, mesmo estando sob o julgo patriarcal que as mulheres pertencentes à classe trabalhadora. Minimante, ela tem relativa autonomia, dispõe de recursos que lhe garantam segurança, conforto e muitas vezes o controle sobre outras mulheres e sobre outros homens. Mas, ainda assim, a autonomia da mulher burguesa se condiciona e enquadra ao respeito às regras patriarcais.

Seja em que âmbito for, resguardadas a suas diferenças, mulheres sempre ocupam posição secundária na sociedade de classes. Sendo pobre, talvez caia uma posição, sendo negra, mais uma. Mas aqui, interessa especialmente analisar como a condição de dependência econômica reforça a submissão e violência sofrida pelas mulheres e impede que elas desenvolvam autonomia suficiente para alterar esta estrutura.

## **2.1 SIGNIFICADOS DA DISTINÇÃO SEXUAL BINÁRIA**

É um fato inegável que homens e mulheres são seres distintos, apresentam características físicas diferenciadas, produzem hormônios que lhes definem o biotipo e proporcionam capacidades reprodutivas específicas por exemplo. Mas pouco se sabe sobre diferenças intelectuais que capacitam um ou outro de maneira conclusiva e apesar disto, são gritantes as diferenças entre os sexos em quase todos os aspectos da vida social. Diante da dificuldade em se separar o que é da natureza de homens e mulheres daquilo que lhes foi transmitido socialmente, é que são lançados inúmeros questionamentos sobre o papel que cada indivíduo exerce no meio em que vive:

“Nesse sentido, ressalta-se que a sexualidade humana não é biológica, ela é social. Tanto a sua forma quanto o seu conteúdo são preponderantemente determinados por relações sociais, muito embora o momento de reprodução sexual seja biológico.” (Nogueira, 2018, p. 55)

Estudos se debruçam a identificar fatores biológicos que tornam homens e mulheres tão diferentes, quando na verdade, a determinação social é que é a principal diferença entre machos e fêmeas da espécie humana. Saffioti ressalta que: “Até mesmo o metabolismo das pessoas é socialmente condicionado”. (1987, p. 10).

A partir de tais afirmativas, esta discussão deve considerar uma gama de fatores que moldam os indivíduos no decorrer de suas vidas. O tipo de estímulo oferecido desde o nascimento a meninos e meninas, influenciam seus gostos e as escolhas futuras. Desta mesma forma, o ambiente, a forma como recebem as informações, aquele conjunto de regras e comportamentos do que se deve ou não fazer e falar, cada aspecto, por mínimo que pareça, influencia na forma como os distintos sexos se desenvolvem. A partir do momento em que estas distinções se estabelecem, um sistema de poder é criado: o patriarcado:

No exercício do poder patriarcal, amparados por normas sociais que convertem diferenças sexuais em papéis sociais masculinos e femininos, aos homens foi autorizado exercer toda forma de controle sobre as mulheres – sobre seus desejos, seus corpos e sua autonomia, definindo as condutas adequadas a serem seguidas e quais devem ser coibidas porque consideradas desviantes e ameaçadoras não apenas ao poder do indivíduo, mas à organização política sobre a qual se erguem as bases da sociedade. (Cerqueira, et al, 2019, p. 14)

Desde cedo os homens são estimulados aos jogos de competição, aos esportes que desenvolvem a força física, a comportamentos que não permitem demonstrar fraqueza<sup>8</sup> e de forma oposta, todo estímulo dado às meninas, vai de encontro a tudo isso. Elas são orientadas a falar baixo, ter movimentos contidos, ser gentis, amáveis, brincar com determinados objetos (sempre ligados a vida doméstica ou no máximo a profissões ligadas ao cuidado), desenvolver empatia e um senso de responsabilidade exacerbado. E é dentro deste espectro que vão se cristalizando as diferenças entre homens e mulheres que determinam a vida e o papel de cada gênero na sociedade.

---

<sup>8</sup> Aos homens é ensinado desde tenra infância que a demonstração de sentimentos é sinônimo de fraqueza, comportamento permitido apenas às mulheres, consideradas sexo frágil.

De forma determinante, a educação define os rumos que cada indivíduo dará à própria vida, compreendendo aqui a educação como tudo aquilo que diz respeito ao processo de aprendizado absorvido pelos indivíduos, seja em âmbito familiar, escolar, político e social ao qual estão expostos. Identificar em que medida a socialização afeta o comportamento e o desenvolvimento intelectual e comportamental de homens e mulheres, é fator crucial para determinar os níveis de desigualdade entre ambos os sexos.

Apesar de as mulheres alcançarem maiores patamares educacionais – 23,5% delas com mais de 25 anos contam com ensino superior completo – para 20,7% dos homens, ainda assim seus rendimentos são 76,5% dos ganhos masculinos (IBGE, 2018). Apesar de tal informação não se tratar de algo novo, ela é carregada de significado, se a qualificação não é parâmetro para a igualdade salarial, o que mais seria necessário para que o mercado de trabalho tratasse homens e mulheres de forma igualitária?

Os caminhos que levaram e ainda levam a humanidade ao desenvolvimento estão intimamente ligados à interferência humana na natureza, realizadas através do trabalho. E da mesma forma que o homem interfere nos processos naturais, processos sociais são tomados como naturais (Saffioti, 1987). Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho se coloca como força motriz do processo de desigualdade de gênero, considerando que sua estrutura se baseia na heteronormatividade<sup>9</sup>, padrão comportamental que se colocará nas diferentes esferas da vida social. É a partir da instituição do padrão heteronormativo que se torna possível o controle dos corpos (Nogueira, 2018) que para as mulheres, se resume na imposição da monogamia, no controle da reprodução, restringindo o lugar das mulheres a esta esfera e automaticamente deixando os setores produtivos do mercado de trabalho aos homens.

Mesmo a reprodução dependendo de um homem e uma mulher para se concretizar, biologicamente falando, quando se fala em reprodução humana no seu sentido completo, para além do ato sexual, o que nos vêm à cabeça é a figura feminina, a maternidade. Não é comum associar a reprodução aos homens, pelo menos não de forma completa, da forma como exige nosso complexo desenvolvimento. Neste sentido,

---

<sup>9</sup> Perspectiva que considera a homossexualidade e os relacionamentos com pessoas de sexo diferente como fundamentais e naturais dentro da sociedade, levando por vezes à marginalização de orientações sexuais diferentes da heterossexual.

é possível dizer que não nos distinguimos de algumas espécies animais, já que nosso desenvolvimento se relaciona exatamente ao afastamento da barreira natural através de formas sofisticadas de sobrevivência e atrelar o papel reprodutivo à mulher, é uma forma rudimentar de conceber a reprodução humana.

A sociedade capitalista estabelece que o valor está na produção, é aí que estão os investimentos, o lucro, o valor do trabalho. Portanto, não importa se as mulheres gastam o dobro do tempo trabalhando se este tempo for desprendido a realizar trabalhos domésticos e afazeres relacionados ao cuidado, elas não estão produzindo nenhuma mercadoria diretamente. Mais que isso, nas atividades extraluar, as profissões associadas ao sexo feminino, acompanham a mesma lógica, professoras, enfermeiras, domésticas, manicures, assistentes sociais, todas elas estampam o estereótipo feminino em seu pano de fundo. As profissões que, teoricamente, exigem habilidades das áreas exatas, ficam identificadas, majoritariamente, como profissões masculinas, carregando uma imagem empoderada, de maior respeito.

Desta maneira, não é possível dizer que homens e mulheres assumem papéis naturais de acordo com seu sexo biológico, tendo em vista que, a partir do nascimento de uma criança, tudo que ela recebe como estímulo em casa, na família e na escola já vem predeterminado a partir do estereótipo criado socialmente para homens e mulheres. Cores, roupas, preferências, formas de se expressar, tudo, desde muito cedo, se coloca para os indivíduos de maneira muito distinta e é a partir de então que vão se desenvolvendo o que conhecemos como macho e fêmea entre os humanos:

É de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulheres e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos. (Saffioti, 1987, p. 11)

A forma como a sexualidade é colocada a homens e mulheres define a postura de cada um na vida adulta. Ao homem é dado o direito, uma quase obrigação de ser viril e demonstrar seus desejos sem nenhum pudor, como um predador, sua vergonha se encontra no cuidado, na cautela e no respeito ao sexo oposto quando se trata das relações sexuais. Cabe a ele investir até dominar sua presa. Opostamente, é preciso que as mulheres esperem a investidura do macho e aceitem a dominação. Não são dadas outras opções além desta.

O pensamento que coloca a mulher como um objeto de uso masculino, que deteriora sua condição de ser humano dotado de vontades e desejos se estabelece fortemente a ponto de mulheres casadas serem estupradas dentro de seus relacionamentos e apesar do mal-estar sentido, elas não conseguem perceber legitimidade em se sentirem agredidas. Ora, não é possível considerar uma situação em que a mulher não se renda às vontades de seu marido. A mulher cresce em uma sociedade tão inóspita, que até mesmo em casos de estupro fora do ambiente doméstico familiar, cometido por um estranho, a denúncia é um caso de vergonha e o ato justificado por algum comportamento da vítima.

Um conjunto de fatores perversos fazem com que as mulheres permaneçam dentro dos ciclos de violência. A culpa advinda da responsabilização excessiva por questões de ordem moral é uma delas, a vivência da sexualidade não é algo permitido à mulher. De maneira geral, assuntos relacionados ao sexo são uma vergonha para as mulheres, e acreditar que a violência sofrida tem um motivo justificável, faz parte da culpa por ter sofrido a violência. Muitas mulheres, além da culpa interna, externalizam a responsabilidade por ter sofrido a violência, defendem o agressor porque **realmente acreditam que foram culpadas**. Este não é um processo natural. Pelo contrário, ele se naturaliza socialmente devido a um padrão instaurado de domínio e superioridade de um sexo sobre o outro.

Para uma pesquisa completa, abrangente acerca do tema, seriam necessárias quantificações de outras variáveis que se fazem presentes no cotidiano e na história de vida das mulheres que sofrem violência em seus relacionamentos, não sendo possível analisar de maneira estática sua ocorrência.

Outro ponto extremamente importante e que se furtam nas análises das pesquisas relacionadas, são os dados relativos ao agressor. Apesar de o foco da presente pesquisa não ser o homem, é inegável que a alteração do padrão comportamental de violência contra a mulher, passa por avaliar de que maneira os homens desenvolvem tais comportamentos. A respeito da castração masculina, Saffioti discorre de maneira muito pertinente:

O homem será considerado *macho* na medida em que for capaz de disfarçar, inibir, sufocar seus sentimentos. A educação de um *verdadeiro macho* inclui necessariamente a seguinte ordem: “Homem (com H maiúsculo) não chora”. Quantos

homens precisam se despir dos seus sentimentos e emoções a fim de serem aceitos e vistos como “verdadeiros homens”. Neste sentido, desde muito cedo, eles aprendem que ser forte e másculo depende do sufocamento de suas emoções. Uma postura oposta àquela ensinada às mulheres.

## **2.2 DESDOBRAMENTOS DA DIVISÃO SEXUAL**

Problematizar as distinções sociais estabelecidas entre homens e mulheres, não é negar as diferenças biológicas existentes entre cada um, é fazer uma análise acerca das consequências e em especial do que leva as sociedades a reforçarem estereótipos que causam desigualdades, violências e sérios problemas nas relações afetivas como um todo. No seio de uma família, de maneira geral, relega-se ao sexo feminino as tarefas domésticas, tendo início para as mulheres, na relação com o irmão, teoricamente um igual.

Posteriormente, na vida adulta, a determinação sexual para as atividades relativas ao trabalho já está bem delimitada, é o momento em que, formalmente e para além das relações familiares, a distinção sexual se consolida no âmbito do mundo laboral, configurando e reforçando as relações de poder já existentes.

Este meio em que as mulheres crescem, faz com que também elas vejam o homem como um ser diferenciado, com poderes que, mesmo não sabendo ao certo de onde vêm, elas devem reconhecer e obedecer. Nos relacionamentos afetivos, se desdobram cenários distintos, mas com o mesmo plano de fundo. A partir do momento em que se estabelece uma relação de poder, de superioridade no relacionamento entre homens e mulheres, o prazer se ausenta e mesmo que o homem seja o beneficiado, também ele se priva do prazer (Saffioti, 1987).

O controle do corpo feminino através da reprodução é uma das ferramentas mais potentes de dominação sofrida pelas mulheres. Além da preconização da maternidade como dom, um instinto natural presente em todas as mulheres, as formas contraceptivas são feitas para que as mulheres sejam as únicas responsáveis por prevenir a gravidez. Um homem pode engravidar várias mulheres em um curto espaço de tempo, mas uma mulher gesta um bebê a cada nove meses e ainda assim, os contraceptivos à base de hormônios são fabricados para que apenas elas façam uso.

Além disso, o aborto é fortemente boicotado na maior parte do mundo, sendo sua proibição justificada com muitos argumentos, grande parte deles religiosos. É importante dizer o quanto a classe e a raça acentuam todas as mazelas sofridas pelas mulheres. Em quaisquer situações a que estejam expostas, mulheres pobres e negras têm menos chance frente àquelas com poder aquisitivo elevado. O aborto é um exemplo, mulheres pobres não têm acesso a maneiras seguras de praticá-lo, enquanto aquelas que podem pagar, desfrutam de segurança e discrição para interromper uma gravidez não desejada.

O homem por sua vez se ausenta completamente das responsabilidades paternas. Ele não se sente responsável por evitar a gravidez que não é considerada, apenas da mulher. Dada a sequencialidade dos fatos, sua não preocupação se associa diretamente à não responsabilização em nenhum termo com o rebento nem tão pouco com a mulher. Socialmente, as crianças são responsabilidade das mulheres, sua educação, sustento, sobrevivência. No Brasil, mais de 5,5 milhões de crianças não tiveram o nome do pai no registro civil de nascimento (IBDFAM, 2019).

Mesmo a legislação brasileira prevendo o pagamento de alimentos, não raro são as mulheres que sustentam de forma solitária seus filhos. A burocracia, o medo dos ex-companheiros, a falta de recursos e até mesmo o desconhecimento sobre seus direitos, fazem com que as mães desistam de judicializar ações que exijam o cumprimento dos deveres alimentícios paternos. E é desta forma que carregam o fardo da reprodução sozinhas.

Estudo realizado pela pesquisadora Mariza Theme, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz), constatou que dentre quatro mulheres brasileiras, mais de uma “apresenta sintomas de depressão no período de 6 a 18 meses após o nascimento do bebê”. Ainda de acordo com dados da pesquisa, fatores como a cor da pele, a condição socioeconômica, de saúde mental, hábitos de vida pouco saudáveis, gravidez não planejada e abuso do álcool, reforçaram a tendência aos sintomas depressivos nas mulheres.

Ainda que o sistema patriarcal atinja e se imponha a todas as mulheres de uma sociedade, às mulheres da classe trabalhadora, seus rebatimentos são inegavelmente mais perversos. E fomentar o machismo dentro da classe trabalhadora interessa à

burguesia dominante, pois desta maneira, a fragmentação de categorias subalternas, as enfraquece, prejudicando a luta da classe trabalhadora, como explica Saffioti:

Sem dúvida, o machismo do trabalhador volta-se contra ele mesmo: primeiro, porque ele paga um preço excessivamente alto para mandar na mulher; segundo, porque a supremacia masculina impede, ou pelo menos dificulta, o avanço das lutas das classes trabalhadoras. (Saffioti, 1987, p. 23)

Ou seja, por mais que o homem da classe trabalhadora se beneficie com o sistema de controle feminino de maneira mais imediata, quem mais lucra com ele, é aquela pequena parcela da população que detém o poder político e econômico mantendo homens e mulheres trabalhadores e trabalhadoras, reféns da miséria que a exploração e desigualdade capitalista lhes impõe. Isto também se aplica às mulheres burguesas, que optam em defender seus interesses de classe, a se debandarem ao lado das trabalhadoras na luta pelo fim do sistema patriarcal como há muito afirmava a grande feminista Simone De Beauvoir: “A mulher burguesa faz questão de seus grilhões porque faz questão de seus privilégios de classe”. (Beauvoir, 2019, p. 163)

Por mais que existam conflitos de interesse no interior da classe dominante, ainda assim, nela não se perde o objetivo central de controle e constante vigilância sobre a classe trabalhadora. Tal processo já está amadurecido, por assim dizer, o que não se dá com as classes subalternizadas, nelas, é preciso ainda, um longo processo de conscientização, organização política e entendimento acerca de sua própria condição de classe, classe trabalhadora, e que é esta condição que desencadeia as mazelas que atingem tanto homens quanto mulheres, de formas específicas.

### **2.3 TRABALHO, MANUTENÇÃO DO ESTEREÓTIPO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

O mercado de trabalho formal se abriu para as mulheres muito em face da necessidade capitalista de angariar mão obra. Neste caso, mão de obra barata. É inegável que tal fato causou significativas alterações de âmbito doméstico, econômico e social para as mulheres, mas não é possível afirmar que, por si só, tenha modificado as estruturas de poder existentes entre os sexos.

O processo de divisão sexual do trabalho como o conhecemos origina-se há muito. Se na primitividade o homem caçava e a mulher coletava frutos (Nogueira e Bezerra, 2018), desde então já se nota a forma embrionária que separa as tarefas de

acordo com o sexo na sociedade atual. Neste sentido, a definição do espaço público para o homem e do privado para a mulher se estabelece definindo também uma hierarquia que se aplica a todas as relações e meios de convívio, tanto social, quanto pessoal.

É interessante notar como as formas pelas quais o processo de divisão sexual do trabalho se desenvolveu ao longo da história, a partir de uma divisão que talvez pudesse ser considerada inicialmente natural e necessária. Mas Nogueira e Bezerra (2018) explicam como o desenvolvimento dos instrumentos de trabalho, delimitaram os lugares de homens e mulheres desde muito:

“Assim sendo, o controle do instrumental disponível em determinada sociedade é um indicativo objetivo para apreender as assimetrias produzidas pela destinação majoritária das mulheres e dos homens em espaços distintos na produção e na reprodução social.” (Nogueira e Bezerra, 2018, p. 4)

A instituição de tal hierarquia entre os sexos, ao contrário do que muitos ainda pensam, não se limita à esfera pública ou institucional. As relações héteroafetivas também se baseiam no sistema de poder patriarcal onde a violência física se constitui parte significativa das ferramentas de controle e poder sobre a mulher.

De maneira geral, a ocorrência de homicídios entre as mulheres corresponde a menos de 10% em relação aos homens. Já no que se refere à violência sofrida por companheiro, parente ou algum conhecido, os números referentes às mulheres são três vezes maiores em relação ao homem (IPEA, 2016). Ou seja, apesar de as mulheres morrerem menos em circunstâncias de conflito do cotidiano como acontece com os homens, elas são acometidas, em maior medida, por um tipo específico de violência, característico da violência de gênero.

Um fato contraditório em certa medida, mas compreensível considerando a multifatorialidade dos processos de violência contra a mulher, mostrado pela pesquisa, se deu acerca do aumento das situações de violência à medida em que as mulheres participavam do mercado de trabalho ativamente em comparação com as que não participavam. A primeira situação apresentando 52,2% e a segunda 24,9% (IPEA,2016). Ou seja, a violência quase dobrou de uma situação à outra, o que pode ser explicado como um vácuo, devido à forma como se deu o questionamento da pesquisa às mulheres:

“Uma questão não resolvida no exercício diz respeito ao fato de a violência conjugal ter sido perpetrada antes ou após a separação, tendo em vista que a pergunta feita pelo IBGE se refere apenas ao fato de ela ter sofrido violência nos doze últimos meses” (IPEA, 2016, p. 25)

Como dito anteriormente, não é possível compreender a violência de gênero sofrida pela mulher, sem considerar a gama de fatores presentes na formação sócio-histórica das sociedades. Apesar de aqui se fazer um estudo voltado para compreender os fatores que reforçam os estereótipos masculino e feminino dentro de uma cultura em específico, de âmbito nacional, característico da cultura ocidental, é importante ressaltar que existem complexas variáveis que se manifestam de diferentes formas ao redor do mundo com a mesma finalidade.

Mulheres que moravam com os companheiros em áreas rurais tinham mais chance de sofrerem violência em comparação com aquelas das zonas urbanas. Em relação aos filhos, quanto maior o número, menores as chances de violência e um dado curioso é que mulheres com mais de nove anos de estudo têm mais chance de sofrer violência do que aquelas com até quatro anos. (IPEA, 2016)

Sobre as denúncias, o número de mulheres que denunciam é quase proporcional às que não o fazem, 22,1% contra 20,8%. Alguns fatores como as agressões serem praticadas por conhecidos, parentes e companheiros, além da impunidade, podem justificar a não denúncia, gerando um ciclo vicioso do processo de agressões.

É importante destacar, que apesar de a violência contra a mulher no Brasil ser um problema crônico, poucas são as pesquisas a respeito do tema, assim como as políticas de proteção à mulher, o que explica o alto índice de violência cometida e justifica também a impunidade dos agressores. Para ilustrar tal afirmação, uma das leis mais significativas, a 11.340 de 7 de agosto de 2006<sup>10</sup>, só foi sancionada após muitos

---

<sup>10</sup> Maria da Penha Maia Fernandes (Fortaleza – CE, 1º de fevereiro de 1955) é farmacêutica e bioquímica e se formou na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará em 1966, concluindo o seu mestrado em Parasitologia em Análises Clínicas na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo em 1977. No ano de 1983, Maria da Penha foi vítima de dupla tentativa de feminicídio por parte de Marco Antônio Heredia Viveros. Primeiro, ele deu um tiro em suas costas enquanto dormia. Como resultado dessa agressão, Maria da Penha ficou paraplégica devido a lesões irreversíveis, na terceira e quarta vértebra torácicas, laceração na dura mater e

anos de luta e pressão, inclusive de órgãos internacionais como a OEA – Organização dos Estados Americanos – diante da morosidade com que o Estado brasileiro tratou do caso da vítima Maria da Penha Maia Fernandes (IPEA, 2016).

Apesar de a violência ser multifatorial, afetar idades e classes sociais distintas, ainda assim é possível identificar determinados padrões. A ocorrência da violência por companheiros, ex companheiros e conhecidos majoritariamente, é um fator que deve ser avaliado com atenção caso a sociedade queira implementar leis de coação e de proteção. Não são fatores isolados que desencadeiam o padrão comportamental que leva homens a agredirem e matarem mulheres. São fatores que estruturam um determinado tipo de sociabilidade e que se solidificaram com o desenvolvimento social.

Identificar de que forma homens morrem e de que maneira mulheres morrem, possibilita desvelar o véu que encobre a violência de gênero no Brasil. Homens morrem nas ruas e mulheres são assassinadas dentro de suas casas, dentro de relacionamentos afetivos ou quando já saíram deles. Caso o assassinato não chegue às vias de fato, a mulher convive diariamente com as agressões, ameaças, medo por si e muitas vezes pelos filhos.

Para que seja possível se ater à gravidade do problema, a pesquisa traz uma importante consideração sobre a relação entre as mulheres no mercado de trabalho e diminuição da violência:

“Na medida em que a mulher aumenta a parcela da renda do casal, aumenta também a sua utilidade com a opção de fora, o que, em equilíbrio, faz com o homem aceite perpetrar um menor nível de violência, ou a mulher dissolveria o casamento.” (IPEA, 2016)

É preciso que a contribuição da mulher, se dê efetivamente dentro dos padrões valorativos capitalistas, se ela quiser barganhar minimamente o respeito dentro da relação. Mas ainda assim, o fator econômico não é suficiente para explicar a problemática dos relacionamentos abusivos e violentos, considerando todas as variáveis presentes no processo e sua complexidade.

É preciso que alcancemos os vários aspectos sociais, econômicos e culturais, desenvolvidos ao longo da história, que demarcaram tão fortemente os lugares sociais

---

destruição de um terço da medula à esquerda – constam-se ainda outras complicações físicas e traumas psicológicos. (IPEA, 2016)

de homens e mulheres. A entrada das mulheres no mercado de trabalho formal é muito significativa, mas é também um ponto a ser discutido, já que muitas vezes é mais uma tarefa que sobrecarrega sua rotina. Ainda é baixa a participação dos homens nas tarefas do lar, com os filhos e no cuidado com a família de maneira geral. Sendo assim, é preciso pensar em que medida estar dentro do mercado de trabalho, isoladamente, contribui para a emancipação das mulheres.

Dizer isto, significa colocar como inquietação o processo pelo qual as mulheres passam para chegar em um nível considerado de igualdade aos homens. Considerar suficiente que o mercado de trabalho se abra a elas, mas apenas como mais uma responsabilidade, é manter a estrutura social desigual. Neste sentido, pensar o papel do Estado na implementação de políticas públicas capazes de subsidiar o trabalho de mulheres, é fundamental.

O que se nota com as políticas públicas atuais é uma maior responsabilização das mães no que se refere ao cuidado e sustento dos filhos sem o subsídio do poder público. Para que mães possam trabalhar e estudar por exemplo, é preciso que exista uma rede de apoio capaz de lhes proporcionar as condições para isso, especialmente considerando a ausência paterna no processo educativo e de custeio com as despesas dos filhos.

Um exemplo da precariedade das políticas sociais voltadas ao público feminino em situação vulnerável no município de Mariana é o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher (Mariana, 2013), conhecido também como Renda Mínima ou PIP – Programa de Inclusão Produtiva. Apesar de o texto da lei se referir à “capacitação para o trabalho, auxílio econômico para erradicação da pobreza, promoção da dignidade e do desenvolvimento humano sustentável”, na prática, o programa possui muitas falhas.

Primeiramente, o programa ignora as mulheres em situação de vulnerabilidade econômica que vivem com seus companheiros, atrela-se a renda deste àquela, independentemente de quais as circunstâncias vividas no relacionamento, o primeiro critério já limita a emancipação feminina em caso de violência doméstica por exemplo e de uma maneira geral.

A segunda observação se dá no sentido de que, na prática, as mulheres não recebem capacitação para desenvolverem autonomia econômica, majoritariamente são

contratadas para realizarem serviços de ordem primária nas escolas, CRAS, policlínica e dependências da prefeitura, o que destoa do texto da lei em seu artigo 4º, alínea c:

propiciar qualificação, capacitação e readequação profissional, bem como meios de promoção das iniciativas de promoção das iniciativas de formação de arranjos produtivos e geração de rendas alternativas. (Lei 2.737, de 10 de julho de 2003)

De maneira geral o texto da lei é carregado de responsabilizações às mulheres, num tom conservador e paternalista com relação às responsabilidades masculinas. Trata o “efetivo planejamento familiar” como uma responsabilidade feminina e não cumpre de fato os objetivos propostos em quaisquer âmbitos.

Desta forma, é possível identificar as graves falhas do Estado no que compete à implementação de políticas mitigatórias das desigualdades entre homens e mulheres. Possibilitar que as mulheres ocupem os espaços na vida social, política e econômica, participando da tomada de decisões, assumindo seu lugar como indivíduo para além de um papel secundário, requer também colocar o papel masculino em pauta. Colocar o pai em seu lugar de paternidade, com todas as responsabilidades que, não raras vezes, sobrecam sobre as mães. Além de sua árdua função, as mulheres precisam exercer a função paterna, seja provendo sustento, seja educando, seja abdicando de sua vida profissional na tentativa de reparar a ausência paterna, causando graves fissuras nas relações pessoais.

É sob esta ótica que é preciso compreender o caminho que a violência percorre até chegar ao gênero feminino. Não é uma violência econômica apenas, não é uma violência de sobreposição de força física, não é violência psicológica, mas é a junção de todas as formas de violência contra a mulher desenvolvidas dentro das relações e que se tornam aceitáveis, naturalizadas.

Neste sentido, é muito importante destacar que a transformação das relações afetivas-sexuais, dependem de uma transformação social e no modo de produção tal qual conhecemos, como exposto por Alexandra Kollontai:

Somente uma transformação fundamental da psicologia humana poderá transpor a porta proibida, somente o enriquecimento da psicologia humana no potencial do amor pode transformar as relações entre os sexos e convertê-las em relações impregnadas de verdadeiro amor, dotadas de uma afinidade real, em uniões sexuais que nos tornem felizes. Porém, uma transformação desse

gênero, exige inevitavelmente a transformação fundamental das relações econômico sociais: isto é, exige o estabelecimento do regime comunista. (Kollontai, 1958, p. 31)

Pensar as relações como um conjunto desencadeado pela realidade material objetiva, fornece ferramentas igualmente materiais e objetivas de reconstrução de formas saudáveis de convivência, baseadas em sentimentos de solidariedade entre os seres, a fim de alterar as concepções sociais que transformam todas as conexões humanas em movimentos mecânicos, sempre balizados em um sistema de crenças de poder e hierarquizado.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos que estruturam a vida social se desenvolvem a partir de movimentos reais e concretos. As crenças, as expressões culturais, o modo de vida de uma sociedade são reflexos de seu desenvolvimento objetivo e material, não sendo possível estabelecer uma ruptura ou uma separação entre ambos. É neste sentido, que a análise unilateral de fenômenos sociais pode levar a conclusões inconsistentes e que não se conectam com os fatos postos na realidade cotidiana.

De maneira geral, o capitalismo provoca um estranhamento dentro de todas as relações. A necessidade de colocar os indivíduos em patamares distintos, como estranhos, classificando-os dentro de uma hierarquia social pautada na mercadoria, no poder de compra, no capital, na exploração, provoca todos os sintomas das múltiplas expressões da “questão social”<sup>11</sup>. Sintomas que se traduzem de variadas formas de violência contra aqueles chamados minorias, que não são literalmente minoria. A palavra neste sentido, significa a diminuição sistemática destas pessoas e não necessariamente que seu número em proporção seja menor.

As mulheres fazem parte deste grupo classificado como minoria e como minoria, todo o seu papel social precisa ser diminuído, restringido. A violência de gênero praticada contra a mulher explicita da forma mais agressiva o pensamento patriarcal vigente na sociedade moderna. A necessidade de conter qualquer impulso capaz de dar autonomia à mulher, de valorizar sua condição humana se apresenta nas mais variadas formas de violência. Os relacionamentos heterossexuais se traduzem, em grande medida, em um padrão opressivo, no qual a mulher se sujeita a ciclos violentos que não podem ser compreendidos nem mesmo encerrados se não considerarmos os fatores estruturais deste tipo específico de violência.

Majoritariamente, mulheres morrem, são espancadas, violentadas e aviltadas de direitos básicos, dentro de suas casas, por companheiros, ex companheiros e conhecidos, este fato carrega todo o simbolismo da objetificação feminina, ou seja, a mulher tem um dono, seu corpo tem um dono a quem ela deve obedecer e prestar contas. O fim dos relacionamentos não dá cabo na violência. Cotidianamente mulheres

---

<sup>11</sup> “...expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea.” (Iamamoto, 2001, p. 10)

são mortas por ex companheiros que não aceitam perder seu objeto, não aceitam que elas tenham a opção de seguir longe de seus domínios. Este é um pensamento incutido nos homens independentemente de sua classe social.

A partir do exposto na pesquisa quantitativa sobre os dados da violência contra as mulheres no mercado de trabalho, é possível alcançar a gravidade do problema. É evidente que o fator econômico, de dependência financeira das mulheres em relação aos homens é crucial para avaliar os ciclos de violência doméstica, mas sozinho, não dá conta de explicar o problema. Isto porque as determinantes da violência contra a mulher são históricas. O processo social interfere de forma significativa na maneira como a mulher lida e compreende a violência sofrida.

Considerando que todo processo de consciência requer recursos e ferramentas que muitas vezes não estão disponíveis às mulheres, interromper a violência se torna um desafio, especialmente concebendo que é um processo coletivo, no qual homens e mulheres precisam reconstruir os laços, reestabelecer as regras de convívio em um nível de equidade. E isto requer a destruição do modo social vigente, pois suas bases são sustentadas pelo patriarcalismo, pela violência de gênero, pelo racismo.

A contribuição deste trabalho se dá no sentido de explicitar a urgência em tratar a violência contra a mulher como um problema social e de saúde pública. A sobrecarga que todo o fenômeno despeja sobre as mulheres, sobre sua saúde física, mental, emocional, traz prejuízos para toda sociedade. Colocar as mulheres no mercado de trabalho formal, oportunizando que elas ocupem espaços considerados importantes é essencial, mas não suficiente se não se alterar todo molde que as trata como indivíduos menos importantes que os homens.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BEAUVOIR, Simone De. O segundo sexo: fatos e mitos. Tradução Sérgio Milliet. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BRASIL, BBC News. O país da África que se tornou um 'cemitério' de eletrônicos. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160109\\_lixao\\_eletronicos\\_ab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160109_lixao_eletronicos_ab).

Acesso: 23 de abr. de 2022.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 9ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2018.

Censo Agro 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens.html>, acesso: mar. 2022.

Cinco notas a propósito da “Questão Social”. in Revista Temporalis nº3, Brasília: ABEPSS, 2001 (p.10 a 30).

DE MASI, D. O Futuro do Trabalho: Fadiga e Ócio na Sociedade Pós-Industrial. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

IPEA. Participação no Mercado de Trabalho e Violência Doméstica Contra as Mulheres no Brasil. Rio de Janeiro, ago. 2019. (Texto para Discussão, 2501). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2501.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2501.pdf). Acesso em: mai. 2022.

LEONEL, Felipe. Depressão pós-parto acomete mais de 25% das mães no Brasil. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 18 de abril de 2016. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/depressao-pos-parto-acomete-mais-de-25-das-maes-no-brasil>. Acesso: 23 de mai. 2022.

MARIANA. Lei nº 2.737 de 10 de julho de 2013. Dispõe sobre o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher no Município de Mariana. Mariana: Câmara Municipal, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/edmys/Downloads/5b61afbeee661d7800e533d50c4ed7ed.pdf>. Acesso: 02 de jun. 2022.

DICIO, Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/empoderamento/>, acesso: 16 de abr. 2022.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

KOLLONTAI, Alexandra. A Nova Mulher e a Moral Sexual. Editora Expressão Popular, 2007, versão digitalizada. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/67835/mod\\_resource/content/2/Alexandra%20Kolontai.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/67835/mod_resource/content/2/Alexandra%20Kolontai.pdf). Acesso: abr. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. Editora Expressão Popular, 2005, versão digitalizada. Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod\\_resource/content/2/7.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20At%C3%A9%20p.28.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod_resource/content/2/7.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20At%C3%A9%20p.28.pdf). Acesso: 23 de abr. 2022.

MARX, K. O Capital. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESZÁROS, I. Estrutura Social e Formas de Consciência. A Determinação Social do Método. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

NOQUEIRA, Leonardo (org.). Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

OPAS, OMS. Organização Pan-Americana da Saúde. Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso: 21 de abr. de 2022.

Paternidade responsável: mais de 5,5 milhões de crianças brasileiras não têm o nome do pai na certidão de nascimento. Instituto Brasileiro de Direito da Família. Belo Horizonte, 07 de agosto de 2019. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/7024/Paternidade+respons%C3%A1vel:+mais+de+5,5+milh%C3%B5es+de+crian%C3%A7as+brasileiras+n%C3%A3o+t%C3%AAm+o+nome+do+pai+na+certid%C3%A3o+de+nascimento>. Acesso: 22 de mai. 2022.

Porto Editora-heteronormatividade no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/heteronormatividade>. Acesso: 20 de mai. 2022.

Quem é Maria da Penha? Instituto Maria da Penha, 2018. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso: 30 de mai. 2022.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. O Poder do Macho. São Paulo: editora Moderna, 2001.